

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 095, DE 31 DE MAIO DE 2013.**

“Autoriza o Poder Público Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, à empresa AFK Caminhões Ltda, nos termos da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências.”

**SÉRGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Eldorado do Sul aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

### **LEI**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos fiscais e econômicos, nos termos da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, à empresa AFK Caminhões Ltda, CNPJ nº 17.908.758/0001-25, destinado a instalação da empresa e eventuais subsidiárias ou sucessoras no Município.

**Parágrafo Único.** Os incentivos fiscais e econômicos deferidos nesta lei são os seguintes:

**I – Permuta** de área pública na zona urbana do Município, com metragem de 20.000 m<sup>2</sup>, destinado à construção das instalações da empresa beneficiária;

**Art. 2º** A área a ser permutada com a empresa AFK Caminhões Ltda, encontra-se situada na zona urbana do Município, no lugar denominado Flor do Conde, inserida em um todo maior objeto da matrícula nº 26.555, do Registro de Imóveis de Guaíba, no Livro nº 02, do Registro Geral.

**§ 1º** A fração de área de 20.000 m<sup>2</sup> que será permutada com a empresa beneficiária possui as seguintes medidas e confrontações:

“Como ponto de partida tomado o vértice extremo Nordeste, no alinhamento da Avenida Industrial Belgraff, construída na Faixa de Domínio da BR-116/290, distante 154,81m da esquina de uma rua projetada que lhe fica ao Noroeste. Do ponto de partida o alinhamento toma o rumo 85° 53' 57" Sudoeste por uma distância de 227,28m, dividindo ao Norte com a propriedade de DIMED S.A.; Daí o alinhamento toma o rumo 88°28'53" Sudeste por uma distância de 97,67m dividindo ao Oeste com a Área “A”; Daí o alinhamento toma o rumo 85°53'57" Nordeste por uma distância de 182,67m, dividindo ao Sul com a área “A”; Daí o alinhamento toma o rumo 22°34'21" Nordeste por uma distância de 109,19, pelo alinhamento da Avenida Industrial Belgraff, construída na Faixa de Domínio da BR-116/290 até o ponto inicial, onde fecha o polígono e encerra esta descrição.

§ 2º A área descrita no parágrafo anterior foi avaliada considerando-se o valor atribuído a área lindeira doada pelo Município à Dimed, conforme a Comissão Permanente de Avaliação de Áreas do Município corrigida desde 05/11/2011, pelo IPCA(IBGE), índice adotado pela Lei Municipal nº 2.825/08, perfazendo a quantia de R\$ 2.178.000,00 (dois milhões cento e setenta e oito mil reais), na data de 31 de maio de 2013.

**Art. 3º** A permuta pela área descrita no artigo anterior será formalizada atendendo aos critérios e exigências desta Lei e da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, em especial aquelas contidas no artigo 4º, no que se refere à comprovação de regularidade da empresa beneficiária perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, e o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

**Art. 4º** À área descrita no art. 2º desta Lei, é vedado dar utilização diversa da prevista no caput do art. 1º do presente diploma legal, assim como transferir, a qualquer título, abandonar ou desativar a unidade instalada no Município antes de transcorrido tempo igual ao do gozo do benefício, contado a partir do encerramento do mesmo.

**Art. 5º** A empresa beneficiária terá o período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Concessão de Incentivos, para dar início às suas atividades comerciais no Município.

**Parágrafo Único.** Em ocorrendo situações fortuitas ou de força maior, poderá a empresa beneficiária, através de requerimento fundamentado, solicitar a prorrogação do prazo descrito na cabeça deste artigo, uma única vez, por 12 (doze) meses, sendo condicionado esta concessão a análise pela Secretaria da Fazenda e Procuradoria Jurídica, com a concordância do Prefeito Municipal que estiver em exercício.

**Art. 6º** No caso de a empresa beneficiária não iniciar suas atividades comerciais no prazo estabelecido no artigo anterior e não requerer a prorrogação contida no parágrafo único do mesmo artigo, deverá o Município operar a previsão estabelecida no artigo 562 do Código Civil Brasileiro, bem como no parágrafo único, do art. 59 da Lei Orgânica Municipal, revogando a permuta por inexecução do encargo, não ensejando à empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

**Art. 7º** A continuidade dos benefícios fiscais e econômicos de que trata o parágrafo único do artigo 1º, desta Lei fica condicionada à comprovação das seguintes previsões:

**I** – Do retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que deverá ser verificado a partir do início das atividades comerciais da empresa no Município.

**II** – Do início das atividades comerciais da empresa nos prazos estabelecidos no artigo 5º desta Lei;

**III** – Da utilização da área permutada para fins exclusivos de instalação e funcionamento da empresa e eventuais subsidiárias ou sucessoras.

**Parágrafo Único.** A verificação de retorno do ICMS de que trata o inciso I deste artigo, deverá ocorrer através da análise das GIAS – Guia Informativa Anual Modelo B, emitidas pela Secretaria Estadual da Fazenda, ou da DASN – Declaração Anual do Simples Nacional, emitida pela Secretaria Nacional da Receita Federal, conforme o enquadramento fiscal da empresa, ficando sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda Municipal proceder esta verificação e análise, até os seis meses anteriores ao término dos primeiros 05 (cinco) anos do início das atividades comerciais da empresa no Município.

**Art. 8º** Como contrapartida aos incentivos fiscais e econômicos concedidos pelo Município, a empresa AFK Caminhões Ltda se obriga a:

**I** – Contratar, até o fim do primeiro ano de início das atividades comerciais no Município, e manter durante o período em que gozar dos benefícios fiscais e econômicos, 25 (vinte e cinco) postos de trabalho, aumentando-os até chegar a 55 (cinquenta e cinco) postos para moradores do Município de Eldorado do Sul, através do Balcão de Empregos local.

**II** – A transferir o licenciamento e/ou licenciar todos os veículos de propriedade da empresa beneficiária no Município, inclusive os que forem enviados para as filiais futuramente abertas.

**Art. 9º** A efetuar a permuta da área cedida pelo município no total da avaliação de R\$ 2.178.000,00 (dois milhões cento e setenta e oito mil reais) por área a ser determinada pelo município, no prazo de até 05 (cinco) anos a contar da data da concessão dos benefícios.

**Art. 10º** O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei ensejará a perda dos incentivos deferidos no parágrafo único do art 1º, a partir do momento em que se concretizou o descumprimento, devendo a empresa beneficiária recolher aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos, devidamente atualizados pelo IPCA (IBGE), índice oficial adotado pelo Município, estabelecido através da Lei Municipal nº 2.825/08, ou índice oficial que vier a substituí-lo.

**Parágrafo Único.** Os valores de que trata o “caput” deste artigo serão computados desde a data da concessão, até o retorno aos cofres públicos, podendo ser parcelado, de acordo com a legislação municipal vigente à época.

**Art. 11º** Comprovada a má-fé na utilização dos incentivos concedidos nesta Lei, o Poder Público exigirá a imediata reposição do montante concedido a título de incentivo fiscal, acrescido de multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o total, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis, bem como procederá a imediata revogação da permuta sobre a área descrita no art. 2º da presente Lei, não ensejando a empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

**Art. 12º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 31 de maio de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschewski  
Secretária de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## ***EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS***

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 095, de 31 de maio de 2013, que “Autoriza o Poder Público Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, à empresa AFK Caminhões Ltda, nos termos da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências.”

O presente projeto de lei visa buscar autorização legislativa para conceder incentivos fiscais e econômicos a empresa privada, nos moldes da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, visando trazer incremento de receitas, empregos e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida dos cidadãos do Município.

A empresa, que ora busca os benefícios, atuando no ramo do comércio de caminhões, revenda de peças e assistência técnica, vem juntar-se às outras já existentes nas proximidades, transformando o município num polo de revenda de caminhões, que certamente atrairá maior número de consumidores haja vista a grande diversidade de opções.

A ampliação do polo de revenda de caminhões, que hoje representa o 6º maior faturamento de ICMS do município, se justifica, pois a vinda da nova empresa colocará o polo na quinta posição.

A empresa beneficiária demonstrou regularidade perante os fiscos municipal, estadual e federal, bem como frente ao INSS e Fundo de Garantia, mostrando-se idônea e confiável, atendendo o que determina a lei municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2.005, devidamente demonstrado através do Processo Administrativo nº 106992.

Visando atender o que determina o artigo 1º da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, a empresa beneficiária apresentou o respectivo projeto para a análise da concessão de benefícios fiscais e econômicos, onde constaram: propósito da empresa, estudo de viabilidade econômico-financeira da instalação da empresa, previsão de geração e incremento na arrecadação de impostos municipais, cronograma de implantação e execução do empreendimento, geração de empregos, mercado consumidor, assim, como, faturamento anual e projetado.

Quanto a permuta da área descrita neste Projeto de Lei, área essa, pertencente ao Município, é forma de incentivo econômico previsto na legislação municipal acima citada e se justifica pelo retorno que a empresa beneficiária, AFK Caminhões Ltda, trará ao município, demonstrado através da análise de incentivos realizada pela Secretaria da Fazenda do Município.

Ainda mais, conforme dados econômicos e sociais apresentados pela empresa, existe a expectativa de geração de cerca de **25 postos de trabalho diretos já no primeiro ano** e ainda **podendo chegar a 55 postos para serem ocupados por moradores de Eldorado do Sul** a serem contratados através do balcão de empregos.

Não bastasse este aumento nos postos de trabalho pretendidos pela empresa beneficiária, é preciso ser considerado o montante a ser arrecadado com o retorno do ICMS (imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ao Município, reflexo das atividades desenvolvidas pela empresa.

Cabe ressaltar que após a análise dos valores projetados de vendas, descontadas as compras igual ao valor adicionado, verificou-se uma média de retorno de ICMS ao Município, de aproximadamente **R\$ 135.525,00** (cento e trinta e cinco mil quinhentos e vinte e cinco reais) anuais.

Ainda, a empresa projeta o recolhimento de **ISSQN** estimado no primeiro ano em aproximadamente **R\$ 48.000,00** chegando a **R\$ 120.000,00** até o 5º ano.

Também é projetado o emplacamento dos veículos da matriz, e das filiais da empresa, no município, que representará incremento do **IPVA** aproximado de **R\$ 77.625,00** já a partir do primeiro ano.

Ressaltasse que se trata de rede de revendas do caminhão, com mais sete filiais distribuídas entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A empresa também agirá como revenda de peças multimarcas, adquiridas no mercado externo, o que gera grande incremento no ICMS, pois não há compensação do imposto para produtos importados.

Ainda, a empresa prestará assistência técnica para todas as marcas de caminhões, acarretando incremento no ISSQN projetado no decorrer dos anos.

A instalação de novas empresas no Município, através de projetos como este, proporciona o incremento, de forma significativa, das receitas municipais, como taxas, impostos diretos e repasses estaduais e federais, impulsionando o desenvolvimento econômico, aumentando os postos de trabalho e proporcionando recursos para investimentos na melhoria da infraestrutura local, gerando melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

A diversidade de novas empresas que se pretende trazer para o município, sem privilegiar somente empresas de grande porte se justifica na própria experiência vivenciada pelo município, onde a saída de grande empresa causou grande impacto negativo na arrecadação.

Neste contexto, uma vez que os incentivos estão previstos na Lei Municipal nº 1.985 de 2005, e não há infringência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo em seu artigo 14, entendemos ser este projeto de lei, meio adequado, legal e eficiente, destinado a atrair novas empresas ao Município, com o consequente aumento de arrecadação.

Sendo assim, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal